

**UM RESGATE HISTÓRICO DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA
NO AMBIENTE ESCOLAR: TERMINOLOGIAS DISCRIMINATÓRIAS,
EXCLUSÃO E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹**

**A HISTORICAL REVIEW OF THE INCLUSION OF CHILDREN WITH
DISABILITIES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: DISCRIMINATORY
TERMINOLOGY, EXCLUSION AND PROGRESS IN BASIC EDUCATION**

Maria Elivânia Felix Coelho²

Rosangela Ribeiro da Silva³

Resumo: O presente estudo investiga um resgate histórico dos desafios na inclusão da criança com deficiência no ambiente escolar, no que se refere às terminologias discriminatórias, a exclusão e os avanços na educação básica. Toma-se, o processo da socialização escolar enquanto mecanismo fundamental nas aprendizagens cotidianas estabelecidas nas instituições de ensino e isso não seria diferente quando se trata da criança com deficiência, já que o ambiente escolar se transforma em um espaço pelo qual eles/as passam a maior parte do tempo. Dessa forma, torna-se fundamental refletir sobre as ferramentas pedagógicas que contribuem na inclusão e permanência dessas crianças como sujeitos/as de direitos. Por outro lado, devemos nos atentar sobre elementos historicamente construídos que se perpetuam na sociedade e que promovem a exclusão desses indivíduos. Portanto, para, entendermos esta realidade, adota-se a metodologia bibliográfica e a abordagem qualitativa, para melhor compreender os elementos excludentes que impactam a vida da pessoa com deficiência. Desta forma, este trabalho foi subdividido, além da apresentação e considerações finais, em três (3) seções: na primeira seção, aborda-se, sobre um breve histórico da educação inclusiva; na segunda seção, enfatiza-se, o papel do/a docente na inclusão dos alunos/as com deficiência; na terceira, e última seção, trata-se das terminologias usadas no espaço escolar e o senso comum. Nesse sentido, torna-se imperativo refletirmos os processos sócio-históricos dessa discriminação na sociedade, haja vista que, a pessoa com deficiência sempre foi colocada em um lugar de estigmatização e preconceito, fato este que, perduram atualmente, apesar de lutas e conquistas por igualdade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Pessoas com Deficiência; Terminologias Excludentes; Inclusão.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), enquanto requisito final para a obtenção do título da Licenciatura Plena em Pedagogia.

² Licencianda em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

³ Professora orientadora. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Abstract: This study investigates the challenges of including children with disabilities in the school environment, in terms of discriminatory terminology, exclusion and progress in basic education. The process of school socialization is seen as a fundamental mechanism in the day-to-day learning established in educational institutions and this would be no different when it comes to children with disabilities, since the school environment becomes a space in which they spend most of their time. It is therefore essential to reflect on the pedagogical tools that contribute to the inclusion and permanence of these children as subjects of rights. On the other hand, we must pay attention to historically constructed elements that are perpetuated in society and that promote the exclusion of these individuals. In order to understand this reality, we have adopted a bibliographical methodology and a qualitative approach to better understand the exclusionary elements that impact on the lives of people with disabilities. As such, this work has been subdivided, in addition to the presentation and final considerations, into three (3) sections: the first section deals with a brief history of inclusive education; the second section emphasizes the role of teachers in the inclusion of students with disabilities; the third and final section deals with the terminology used in schools and common sense. In this sense, it is imperative that we reflect on the processes of inclusion.

Keywords: Inclusive Education; People with Disabilities; Exclusionary Terminologies; Inclusion.

Data da aprovação do artigo:

11/07/2024.

1 INTRODUÇÃO

A construção social do que se conhece atualmente pela sociedade brasileira, nos remete abordagens dos processos inerentes à exclusão/inclusão, em um dos países com mais diferenças socioculturais e econômicas, assim, comprehende-se que as desigualdades e preconceitos em seus diferentes estágios, estão embutidos no cordão umbilical e na raiz da formação do Brasil.

Aprofundar-se destas reflexões nos convida a voltar atenção, sobretudo à socialização das crianças com deficiência em uma estrutura social que nega o espaço às diferenças, dessa forma, as instituições escolares não ficam imparciais a esta situação. No entanto, apesar de certos avanços em colocar esta realidade nas leis nacionais, ainda existem lacunas excludentes herdadas de um processo historicamente construído e que recaem sobre elementos como, as terminologias direcionadas às crianças com deficiência (alunos/as), no universo da educação escolar, o que se consolida enquanto objetivo central dessa investigação a ser perseguido.

No que concerne os objetivos secundários, buscamos atingir os seguintes: a) Investigar como os desafios historicamente construídos excluem a pessoa com deficiência; b) Analisar o papel do/a docente na inclusão dos alunos/as com deficiência; c) Compreender como elementos como as terminologias direcionadas às crianças com deficiência podem contribuir no processo da inclusão, ou exclusão no ambiente escolar.

Ao destacarmos este cenário, Cláudia Gomes aponta no seu estudo que as perspectivas teóricas do desenvolvimento que debatidas nas instituições escolares, visam mais pela pedagogia dos conteúdos alinhados aos embasamentos pluralistas, muitas vezes, ignorando as subjetividades que possam contribuir para integração dos alunos/as dentro de um ambiente perverso como acontece com a escola (Gomes, 2010).

Ao retratar sobre alunos/as com deficiência nas suas diversidades, somos convidados/as a repensar aquilo que foi posto pela sociedade brasileira enquanto “normais” para se referir e classificar padrões de comportamentos, ou de características individuais, pois, ao adentrarmos nas termologias que são atribuídas a alguém, somos movidos a reformular e repensar as demais linguagens que ao longo dos tempos vem, abrindo a porta para a discriminação e preconceitos (Sassaki, 2003).

Portanto, para entender essas complexidades, é importante lançar o olhar, naquilo que Paulo Henrique dos Santos Mota e Aline Bousquat, denominam de modelos conceituais, estes modelos são adotados aqui, enquanto formas de interpretação direcionadas aos alunos/as com

alguma deficiência, deixando-se, a entender que eles/as, dependem da subjetividade de quem os “constroem”. Assim, estes mesmos modelos são sujeitos a reflexões críticas e analíticas.

Por via dessas evoluções, eles descrevem que ao longo do século XX, assistirmos terminologias direcionadas a deficiência, que por vezes propiciam situações socioculturais dentre outras condições que levam certa segregação, discriminação e a exclusão social da pessoa com a deficiência (Mota; Bousquat, 2021). As terminologias tomadas aqui refletem sobre as desigualdades socioculturais e educacionais que estas crianças com deficiência enfrentam dentro do processo de aprendizagem e socialização na sociedade brasileira, assim, constituindo fruto das relações sociais e de poderes (Sassaki, 2003).

Neste marco, as desigualdades sociais, exclusão e inclusão escolar apontam aos alunos/as com deficiências para desafios que exigem políticas educacionais concretas, sendo aplicadas diariamente no ambiente escolar, a fim de que, este cenário tão desigual e segregacionista que é escola possa enfrentar e combater os elementos que colaboram para fortalecer a exclusão nesses espaços.

A partir disso, justifica-se enquanto fator impulsionador para a produção desse estudo a minha experiência pessoal e profissional. No ano de 2018 tive a minha primeira experiência profissional em sala de aula, no âmbito da Educação Infantil. Trabalhei como auxiliar de sala e com essa função pude observar e aprender sobre as diferentes dinâmicas que acontecem no ambiente escolar. Desde essa experiência, eu já começava a observar à interação de ensino voltada para as crianças com deficiência, mas foi apenas no ano de 2022 quando comecei em outra função, a de Profissional de Apoio (cuidadora) em um Centro de Educação Infantil que, ampliei a minha visão sobre a forma como as crianças com alguma deficiência eram tratadas terminologicamente.

Na base dessa experiência, pude observar os diferentes elementos que poderiam promover a inclusão, ou exclusão dessas crianças, como os termos que a elas eram direcionados, assim, escutando com frequência o questionamento sobre a criança ser, ou, não “normal”. A partir disso, nascem às indagações sobre: O que seria ser “normal”?

Ou, ainda, de que forma os direcionamentos dos termos que enquadram a deficiência de uma criança podem contribuir para sua inclusão, ou, exclusão dentro da escola? Partindo dessas inquietações, criou-se, o interesse em analisar estas questões acima, bem como, os impactos na vida dessas crianças enquanto fatores discriminatórios. Além disso, pensar de maneira reflexiva e crítica como são utilizadas as nomenclaturas com pessoas com deficiência

é uma forma de identificarmos aspectos excludentes em nossa sociedade, visto que, cada deficiência tem seu diagnóstico e o termo adequado.

Com isso não se podem reproduzir a partir do senso comum e de maneira preconceituosa, termos que na verdade estão designando a pessoa com deficiência a um enquadramento inferiorizado e limitante. Sabemos que a depender da deficiência, uma pessoa poderá ter maiores “desafios” do que outra que tem uma deficiência em menor grau, mas não se pode designá-las enquanto pessoas possuidoras de “problemas”, ou, ainda não sendo uma pessoa “normal” (Sassaki, 2003).

Dessa forma, para subsidiar os objetivos delimitados nesse estudo, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e uma abordagem qualitativa para construção de dados sobre os elementos históricos que motivam terminologias direcionadas aos alunos/as com deficiência.

Assim, a metodologia de pesquisa em si, nos induz a seguir várias interpretações e caminhos para solucionar um dado problema. Segundo, Cleber Cristiano Prodanov, “Para cada ciência, os recursos utilizados são determinados por sua própria natureza. No entanto, sua apresentação deve seguir uma padronização” (Prodanov, 2013, p. 11). Importa-se, deixar claro que para execução desta pesquisa utiliza-se, também a leitura enquanto procedimentos técnicos, mobilizados para debruçar sobre os enredamentos da realidade social estudada.

Nesta perspectiva, Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamaso Mioto, argumentam que é com a técnica de leitura que “[...] se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência” (Lima; Mioto, 2007, p. 41).

Portanto, Angélica Silva de Sousa, *et al.*, (2021) afirmam que a pesquisa bibliográfica exige um conjunto de técnicas e procedimentos pelo qual envolve a busca de soluções, que se atenta ao fenômeno investigado, por este motivo não pode ser aleatoriamente. Neste sentido, recorremos ao levantamento e revisão das obras publicadas sobre a temática no qual direcionamos a nossa atenção com base no viés científico. Dito isto, procuramos levantar informações através dos registros disponíveis, como, documentos impressos (livros, artigos, teses, etc.) quanto nas fontes e instrumentos que servem de categorias teóricas e analíticas para contribuições desse estudo (Severino, 2007).

Também, adotamos uma pesquisa de caráter explicativo, para melhor compreender as premissas sócio-históricas e educacionais, que tratam as questões das diversidades que entrelaçam inclusão ou exclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar, a fim, de

resgatarmos as trajetórias pelos quais foram implementados mecanismos que tratam dos direitos das crianças com deficiência na sociedade brasileira. Com base nessa direção, buscamos alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, a arquitetura dessa pesquisa estrutura-se, além da apresentação e considerações finais em seções: Na primeira seção, contextualizamos com um breve histórico da educação inclusiva. Já na segunda seção, destaca-se, o papel do/a docente na inclusão dos alunos/as com deficiência. Na terceira seção, foram tratados, as terminologias usadas no espaço escolar e o senso comum. Neste quadro, realçamos que todas as seções acima indicadas possuem correlações entre umas e outras, a fim de, construir as sequências lógicas dentro do processo sócio-histórico e cultural que se enfrenta esta realidade de exclusão da pessoa com deficiência, de forma mais específica, as crianças com deficiência na sociedade brasileira, e no ambiente escolar.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para entender a educação inclusiva no Brasil, devemos verificar de primeiro momento os elementos históricos que contribuíram para a exclusão das pessoas com deficiência, não somente no âmbito educacional, mas em diferentes camadas sociais. A história de exclusão da pessoa com alguma deficiência, não está ligada apenas ao sistema educacional, ela transcende por outros eixos na sociedade. Além disso, pessoas com deficiência passaram por uma negação social e humana ao longo dos tempos que, foram influenciadas por diferentes mecanismos nos quais fortaleciam a exclusão e o estereótipo. Conforme A. M Oliveira (2004) citado pela Sylvia da Silveira Nunes e os outros, (2015) compreendem que,

[...] o tratamento dado às pessoas com deficiência sofreu a influência de questões culturais e religiosas. Desde a Bíblia, temos referências a cegos e leprosos como pedintes ou rejeitados pela comunidade. Na literatura antiga, para as pessoas com deficiência intelectual, a única ocupação era a de bobo da corte ou a de palhaço, para diversão dos senhores e de seus hóspedes (Oliveira, 2004, *apud*, Nunes, *et. al*, 2015, p. 1108).

Percebe-se que, estas ideias estereotipadas, contribuíram para disseminar uma distorção da pessoa com deficiência, ademais, este lugar de exclusão no qual elas eram colocadas também foi propagado por fatores religiosos. J. N. G. Araújo, (2010) no seu estudo compreendia que, esta realidade de exclusão desses grupos já era prática, afinal, desde, “[...] antiguidade, assim como através dos séculos da era cristã (como na Inquisição e na luta

eugenista), as pessoas com deficiência foram objeto de eliminação direta ou indireta, ora em função de sua “inutilidade funcional”, ora porque eram consideradas manifestação do demônio ou de castigo divino” (Araújo, 2010, *apud*, Nunes, *et. al.*, 2015, p. 1108).

Nesta linha, assistimos por outro lado, a apropriação desse mecanismo da exclusão junto à esfera religiosa e suas instituições, vê-se que a propria igreja em detrimento de ideologias cristãs colaborou insaciavelmente para a materialização da exclusão da pessoa com deficiência. Contudo, ao passar dos tempos e das mudanças de cenários sociais, emergiu-se diferentes discussões acerca da pessoa com deficiência.

Entretanto, observa-se que desde o inicio do século XX os debates sobre as desigualdades e opressão dos/as pessoas com deficiência foram se ampliando, no que tange as primeiras mobilizações voltadas para estas questões. Porém, de maneira efetiva ações que contribuíram para as lutas pela inclusão da pessoa com deficiência no campo educacional, difundem-se significativamente a partir das árdua e desafiadora Declaração de Salamanca.

Teoricamente, esta declaração buscou pensar e repensar as formulações de uma educação voltada para todos (as), sem uma divisão devido às diferenças, mas na realidade da vida e prática educativa ainda persistem conflitos que reforçam as necessidades de melhorias nas políticas educacionais que, possam observar estas pessoas enquanto sujeitos de direitos.

Anterior a esta conferência, a escola para pessoas com deficiência eram divididas, a mesmas não adentravam as salas de aula com os/as alunos/as ditos “normais”, existiam as salas, ou, escolas “especiais” nas quais esse/as estudantes podiam estar. Este modelo impulsionava uma segregação no sistema educacional e a concretude dessa realidade, não se passa despercebida quanto os modos pelos as quais são tratadas as crianças com deficiência no processo da socialização (Barbosa, *et al.*, 2018).

Além disso, essa implementação do direito ao acesso a educação para pessoas com deficiência, teve seus impasses, ela não foi vista de imediato como sendo uma possibilidade de inclusão. Lourayne Natiely Vanderlei Bezerra e Katia Farias Antero (2022) enfatizam que,

[...] De início, o atendimento à diversidade era oferecido apenas por instituições privadas e/ou por iniciativas pessoais, onde as classes especiais surgiram apenas como alternativa de conseguir separar os alunos tidos na época pela sociedade como “normais” dos “anormais”. Não havia preocupação com essa classe até que aos poucos foi surgindo interesse nessa área (Bezerra ; Antero, 2022, p.1).

A forma negativa como a pessoa com deficiência era vista, abria caminhos para suas marginalizações e o baixo investimento para sua presença em qualquer espaço social.

Na sociedade brasileira, não era diferente, pouco eram os esforços para a garantia de direito para elas. Os mecanismos para a introdução dessas pessoas nos sistema educacional também foi através de muitas lutas, o país por si só não proporcionava eficazmente a inclusão e promoção da igualdade de direitos. A existência de políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência com vieses educacionais, mobilizadas no decorrer do século XX, teve de fato a partir nos anos de 1930 seus projetos efetivados. Conforme aponta, Bezerra e Antero (2022, p. 3), que,

Foi somente na década de 1930 que se iniciou efetivamente a educação escolar das pessoas com necessidades especiais. Em 1954 surge a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – onde elas acabaram predominando no Brasil em virtude do despreparo da escola pública para atender as necessidades individuais dos alunos deficientes. Com apoio governamental e, sobretudo, da comunidade estas instituições passaram a difundir metodologias e materiais educacionais específicos.

Dado este início, a sociedade brasileira começa a se movimentar em prol da ampliação de políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência, mas é com a Declaração de Salamanca, e por meio dela em consonância com o que destaca a Constituição Federal Brasileira⁴ de 1988 em seu art. 205 que, garante o direito à educação para todos/as, que a sociedade brasileira articula-se em seus documentos legais e políticas educacionais pensando a inclusão da pessoa com deficiência (Brasil, 2016).

A Declaração de Salamanca é um dos principais acontecimentos para a luta da inclusão em âmbito educacional. A mesma se deu a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que, aconteceu em Salamanca – Espanha em 1994.

A Declaração confere um dos documentos mais significativos na busca pelo reconhecimento de uma educação igualitária para todos/as sem quaisquer distinções. Ainda o documento estabelece metas para que uma educação sem exclusão seja efetivada. Como salienta, Rosimeire Maria Orlando Zeppone, uma educação inclusiva e integradora, só se faz, se tomarmos a responsabilidade política com essas pessoas de forma concretizada, afinal,

Ela se organizou no marco estabelecido pela Conferência Mundial de Educação para Todos e se planificou com metas a atender duas preocupações essenciais: (a) a de garantir a todas as crianças, em particular as com necessidades educacionais especiais, o acesso às oportunidades de educação,

⁴BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

e (b) a de atuar para conseguir que essas oportunidades estejam constituídas por uma educação de qualidade (Zeppone, 2011, p. 367).

Com isso, a Declaração de Salamanca visibilizou discussões e ações pensando a inclusão nos sistemas educacionais. Essa declaração causou um impacto de maneira internacional, e propôs ações que de fato integrasse as crianças com alguma deficiência no núcleo escolar. Partindo disso, precisou-se repensar e questionar os espaços escolares que possam de fato acolher de maneira total, a partir dos vieses que abracem uma educação para todos/as, e mobilizando políticas governamentais em prol desse novo percurso na educação. Além disso, faz sentido pensar de maneira articulada junto às outras esferas da sociedade, que podem ser acionadas neste apoio para o desenvolvimento de recursos integradores que cooperem nas práticas pedagógicas para uma educação mais democrática direciona as diversidades que foram construídas e ainda se constrói na sociedade brasileira.

Estas preocupações, não se limitam simplesmente a política da integração e da inclusão a qual o Brasil persegue desde a sua formação, são políticas que ora, servem de agendas nacionais e internacionais, por este viés, Zeppone (2011, p. 369) salienta-se que,

A Declaração de Salamanca contém, ainda, diretrizes de ação nos planos regional e internacional e afirma que a cooperação internacional entre organizações e ONGs, regionais e inter-regionais podem desempenhar um papel muito importante no fomento das escolas integradoras. Esses órgãos poderiam considerar a possibilidade de unificar seus esforços. A assistência internacional e técnica às necessidades educativas especiais procedem de muitas fontes. É essencial, portanto, procurar que haja coerência e complementaridade entre as organizações que prestam ajuda nesse campo.

Com isso, podemos pensar que foram vários os setores que puderam estar agindo diretamente para a consolidação de uma educação para todo/as não ficando somente as escolas enquanto espaços responsáveis, haja vista que, somente com as estruturas das instituições escolares não seriam suficientes para concretizar ações pensando a inclusão discutida na declaração (Zeppone, 2011).

Direcionando para o contexto nacional, a Declaração de Salamanca também refletiu na sociedade brasileira diante as mobilizações em favor de uma educação para a inclusão, diferentes medidas em contexto nacional foram adotadas nas esferas educacionais.

Contudo, não podemos pensar que o processo de inclusão nas escolas se deu de imediato a partir da Declaração, ou, de outras lutas. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sua sociedade é historicamente diversificada, amplamente hierarquizada e

excludente. Até os dias atuais pensar mecanismos de inclusão, voltado às deficiências das pessoas, seja no processo educacional, ou, em outras situações é algo bastante desafiador, por isso, são vários os fatores que, ainda deixam a desejar a respeito da inclusão de pessoas com deficiência, especificamente quando ela tem suas origens em uma classe social baixa.

Mônica Carvalho Magalhães Kassar, por sua vez, adverte que no tecido social brasileiro a pessoa com deficiência nem sempre foi vista com bons olhos, diante a desigualdade e a pobreza, pessoas com alguma deficiência eram invisibilizadas, sendo colocadas em um lugar entrelaçados aos estereótipos, ainda por serem de camadas sociais pobres, por vezes as crianças que pertencia a essa classe social e que tinha alguma deficiência eram vistas de maneira marginalizada (Kassar, 2012). Não havia um olhar direcionado ao processo de integração dessas crianças ao ensino regular, o que existia era uma segregação entre as pessoas no sistema de educação. A proposta de ensino apontada para as crianças com deficiência era de separação a partir de suas características, havendo uma classificação no qual denominavam “normais” dos/as “anormais”.

Sendo assim, o processo pelo qual se estabeleceu uma reflexão voltada para ações de inclusão da pessoa com deficiência, especificamente nos espaços educacionais na sociedade brasileira não é tão longe da realidade do que se tem discutido e posto em prática atualmente (Sassaki, 2003). Esse direcionamento voltado à inclusão começa a se mobilizar em uma perspectiva de reparação, estabelecendo a Educação Especial enquanto essa modalidade de ruptura de espaço inferior no qual foi condicionada pessoas com alguma deficiência. Daniella de Souza Barbosa e outros refletem sobre este fenômeno, ao entender que,

[...] a Educação Especial nasceu sob o paradigma segregacionista de Educação que tentava produzir uma reparação histórica frente aos processos de exclusão escolar sofridos pelas pessoas que apresentavam singularidades sensoriais e, em seguida, por aquelas ditas “idiotas” ou “imbecis” (atualmente denominadas de pessoas com deficiência intelectual) (Barbosa, *et al*, 2018, p. 3).

Compreende-se que, as pessoas com deficiência intelectual eram enquadradas com nomenclaturas que os estigmatizavam, com isso a Educação Especial no Brasil partiria de uma tentativa de ruptura e reparo social com as mesmas. Assim, em consonância a Educação Especial, novas pautas em prol de políticas públicas são lançadas e vem se desenvolvendo na tentativa da garantia de direito para, as pessoas com deficiência e sua inclusão nas esferas sociais, em específico na camada educacional. Dessa forma, leis e diretrizes foram planejadas

e postas com o propósito de romper com esses estereótipos e exclusão que, historicamente a pessoa com deficiência foi sujeitada, a fim de, incluí-las e garantir o direito à educação para todos/as conforme está estabelecido desde a Constituição Federal Brasileira de 1988. Nessa esfera de reconhecimento existe a,

[...] necessidade em se considerar as esferas subjetivas, individuais e sociais, vividas e configuradas por alunos/as com necessidades especiais é urgente, pois há muito, são sujeitos marcados por uma subjetividade social determinista, que só vem a realçar suas diferenças, sem considerar suas singularidades (Gomes, 2010, p. 24).

Assim, além dos documentos e mecanismos que estão sendo voltados para uma inclusão, na prática é necessário trabalhar pensando a realidade vivida pelos sujeitos/as. Nesse sentido, é indispensável realçar o papel determinante que o/a docente se configura dentro das instituições de ensino para, consolidar o processo de inclusão e romper com estígmas direcionados aos alunos/as com deficiência.

3 O PAPEL DO/A DOCENTE NA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

A escolarização e a integração de alunos/as com deficiência na sociedade brasileira, já se encontram na sua concretude? E onde fica o papel dos/as docentes dentro desse processo? Como a escola pode contribuir para a inclusão de fato das crianças com deficiência? Refletir estas questões dentro dos pilares da integração social torna-se, ainda mais sensível, ao tratar-se, de alunos/as com deficiência, afinal em um universo onde papéis sociais surgem enquanto mecanismos de disputas e das opressões, os menos privilegiados/as, ficam nas ruínas dos direitos.

Além dessas complexidades, ao considerarmos tanto processos práticos, quanto as teorias que buscam exemplificar os papéis dos/as docentes, e as suas fronteiras com alunos/as com deficiência no processo de ensino e aprendizado, devemos repensar a importância da formação inicial e continuada desse (a) profissional.

Ao trabalharmos com essa possibilidade crítica, os/as docentes, devem desconstruir-se da visão clássica institucional da escola, que tudo se atinge por vias de formalismo e da racionalidade burocrática, deixando-se enormes dificuldades a sensibilização humana frente

às diversidades instaladas no chão da escola. Ao descrever sobre as reais situações que ocasionam esses impasses, Maria Teresa Eglér Mantoan, enfatiza que,

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando (Mantoan, 2003, p.12).

Por esta via, Luciene M. da Silva (2006) direcionando a atenção sobre este aspecto, torna-se visível, afirmar que adentramos em uma “crise da socialização escolar”, espaço pelo qual se socializam os poucos/as alunos/as com deficiência, provocando cada vez mais a exclusão (Silva, 2006). Ainda por esta razão, a autora comprehende esse fato enquanto algo perturbador e segregacionista.

Alunos/as tentam, “[...] acessando o potencial de que dispõem dentro das suas possibilidades num ambiente misturado e rico para interações, mas que por si só, sem a atenção sobre suas necessidades especiais, [...], limitados a uma participação precária” (Silva, 2006, p. 429). Ao sinalizar uma crítica sobre este contexto interacionista, percebe-se que,

A convivência na diversidade não significa assumir a posição de espectador passivo e tolerante. O pressuposto essencial está em admitir que cada indivíduo tem direito de combinar experiências pessoais de vida com a coletividade, imprimindo, todavia, uma identidade particular que constitui sua individualidade. É importante reafirmar que esse direito se encontra impedido de ser realizado na atual sociedade, que dispensa as singularidades individuais (Silva, 2006, p. 432).

Por essa afirmação percebemos que, para o/a estudante compartilhar de suas particularidades não é suficiente à interação por si só, caso ele/a não consiga demonstrar os diferentes elementos que fazem parte de sua identidade pessoal. Na escola se constroem cotidianamente, barreiras onde às individualidades são deixadas de lado, contribuindo para a ineficiência de uma inclusão positiva do/a estudante (Silva, 2006).

Quando a identidade de uma turma dentro do ambiente escolar é definida por aspectos gerais da coletividade, as singularidades dos sujeitos/as ficam de fora, consequentemente aqueles/as que fazem parte de uma camada “específica” dentro da turma são esquecidos/as e práticas de inclusão voltadas para esse público podem estar deixando de serem inseridas dentro da sala de aula. Desta forma, entra o papel básico do/a professor/a, o de buscar

compreender as diversas camadas que integram suas turmas escolares, sem menosprezar as subjetividades que nela se encontram. Para isso, é necessário um olhar atencioso e práticas de ensino que possibilitem o/a docente inserir métodos pedagógicos capazes de contemplar as especificidades dos/as estudantes. Nas palavras de Rita Vieira de Figueiredo,

No que consiste a educação, o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos. Essa nova competência implica na organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, nos agrupamentos dos alunos e nos tipos de atividades para eles planejadas. Dentre outros aspectos do ensino e da gestão da classe, oferecer uma variedade e uma sequenciação organizada de atividades, facilita a possibilidade de realizar um programa educativo adaptado às necessidades reais de seus alunos para que possam adquirir e consolidar suas aprendizagens (Figueiredo, 2008, p. 1).

Portanto, o/a professor/a adquire um compromisso para além de aplicar o conteúdo escolar, pois, ele/a passa a mediar às aprendizagens e a promover o acesso igualitário daquilo que deve ser desenvolvido em sala de aula.

Contudo, não dá para pensar que o/a docente irá fazer isso sozinho, ou como “Super-herói”, haja vista que, deve haver mecanismos que auxiliem no processo formativo, teórico e prático do/a docente no ambiente escolar, não sendo ele/a unicamente responsável pela inclusão dos/as alunos/as na escola, mas sim toda uma engrenagem que constitui a instituição escolar. Com isso, visando estar apta a promover a inclusão, cabe toda a escola aplicar um ensino que vise à equidade em seu ambiente. Essa equidade também pode ser mobilizada a partir do momento que o ambiente escolar passa a ser mais democrático. Contextualizando-se,

A escola, para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, lingüísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir a todos, aqueles com necessidades educacionais especiais, e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (Figueiredo, 2008, p. 3).

Assim, percebe-se que a escola necessita estar em diálogo com elementos que busquem a inserção dos/as estudantes, bem como, os/as professores precisam agir pensando em maneiras que possibilitem a inclusão, tanto nas atividades pedagógicas, como, nas interações que se criam em sala de aula, contudo, não deve haver comparações sobre a identidade profissional dos/as docentes, esperando que eles/as hajam em conformidade sobre suas

atuações, tendo em vista que, existirão lacunas que serão preenchidas de maneiras diferentes em sala de aula (Figueiredo, 2008).

Por sua vez, apontam Elzabel Maria Alberton Frias e Maria Christine Berdusco Menezes (2009) que, além disso, cada docente teve seu processo formativo diferente. O que não se pode estagnar é a formação continuada de cada docente, pois, embora sejam desafiadores os inúmeros aspectos que existem em sala de aula, o/a professor/a têm um papel determinante de ressignificar a maneira como as aprendizagens são conduzidas na turma.

Buscando não somente mediar o conhecimento, mas adaptar o processo de ensino, respeitando a realidade vivenciada em sua função e aqueles que a integram para, assim evidenciar um espaço de acolhimento e de inclusão (Frias; Menezes, 2009).

Cada aluno/a irá apresentar suas especificidades dentro da sala de aula, o/a professor/a precisa estar atento a esses perfis presentes no espaço de ensino e estabelecer mecanismos que assegurem uma presença legítima do/a educando no ambiente, não estando somente nele por estar, mas fazendo parte ativamente das dinâmicas cotidianas na escola. Conforme descrevem Salientam Frias; Menezes (2009) que,

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível (Farias; Menezes, 2009, s/p).

Desta maneira salienta-se que, existem profissionais que de alguma maneira demonstrarão falta de preparação para lidar com a diversidade em sala de aula, contudo, estes/as poderão passar pelos processos formativos que surgem como ferramentas para contribuir na qualificação e atualização do/a docente. Como destacam Cristiane T. Sampaio e Sônia Maria R. Sampaio (2009) os mesmos poderão recorrer à interdisciplinaridade ao buscar implementar uma educação inclusiva que possa estar em diálogo com as diferentes disciplinas para assim, vivencias práticas contemplarem outros campos de aprendizagem.

Ainda assim, a escola propõe práticas de ensino em que o/a docente deve seguir, porém cabe ao educador/a enquadrar o seu fazer pedagógico visando os sujeitos e suas individualidades. Portanto, durante a prática existem várias formas de incluir um aluno/a com deficiência, bem como, aqueles/as que não têm deficiência, a simples organização da sala de

aula, como por exemplo, das carteiras, visando à interação entre os/as estudantes possibilitará um desenvolvimento das aprendizagens baseado na troca (Sampaio; Sampaio, 2009).

Desse modo, o papel do/a professor/a vai além de reconhecer as diversidades nas suas salas de aula, é refletir como trabalhar com essas diversidades de maneira a efetivar e desenvolver estímulos para, que se consolide o ensino e aprendizagem. Como indica Izabella Mendes Sant'Ana (2005), em sua pesquisa, alguns compreendem inclusão como o fato da presença de alunos/as com deficiência dentro da sala de aula, quando na verdade a inclusão não se limita a isso, pois, ela vai além de ocupar um espaço físico (Sant'ana, 2005).

Para Aline Elizabeth da Silva & Humberto Silvano Herrera Contreras (2017), o/a professor/a deve propiciar atividades que estimule a cooperação e amizade entre os/as colegas, assim o respeito e o acolhimento entre os/as alunos/as tendem a irem se fortalecendo na forma em que as dinâmicas em sala são conduzidas (Silva; Contreras, 2017). Com isso, estaria implementando em sala de aula valores como o da empatia entre os/as estudantes. Fabiola Rolim de Oliveira, Michael Douglas Batista de Araújo, José Lindemberg Bernardo da Silva (2005) enfatizam que, “Ser empático é a capacidade do professor de “captar” o mundo do educando “como se” fosse o seu próprio mundo, tentando colocar-se em seu lugar, sem deixar, contudo, de ser ele mesmo” (Oliveira; Araújo; Silva, 2019, s/p).

Assim, enfoca-se que, o papel do/a professor/a não se limita apenas ao fato de mediar conteúdos na instituição escolar. O educador/a poderá contribuir para o processo educativo de seus educandos para a cidadania, permitindo que mecanismos diversos sejam utilizados em sala de aula, enquanto metodologias que agrupem também o desenvolvimento de valores que, permeiem e consolidem uma aprendizagem humanizada, pensando nas diversidades que abarcam o espaço escolar. De maneira prática que, possam ainda olhar de maneira a pensar atividades e situações que permitam que o/a aluno/a se sinta acolhido/a e incluído/a na rotina de classe. Nessa perspectiva, cabe direcionar uma reflexão e análise sobre os elementos da linguagem que podem afetar de maneira positiva, ou negativa, o processo de inclusão da pessoa com deficiência no espaço escolar, e/ou até mesmo fora dele.

3.1 TERMINOLOGIAS USADAS NO ESPAÇO ESCOLAR E O SENSO COMUM

A maneira pela qual nos direcionamos a alguém diz muito sobre como a enxergamos, desse modo, por vezes, os termos atribuídos a uma pessoa poderá de maneira explícita, ou

ainda de modo sutil está carregado de preconceito. Assim, a linguagem e como ela é conduzida poderá de maneira direta afetar determinados grupos sociais e resultar em situações que contribuam para a exclusão. No ambiente escolar não é diferente, este espaço no qual se espera diálogos com o uso da linguagem, termos e vocabulários explícitos e com clareza, impacta quando o mesmo apresenta situações contrárias.

Pensar nos grupos que compõem a instituição escola é saber que ela carrega uma diversidade em seu núcleo estudantil, com isso, a pessoa com deficiência faz parte desses perfis diversos, o que nos faz questionar: Como está sendo empregadas as terminologias e o uso das linguagens direcionadas a esse público dentro da escola?

Ao refletirmos sobre esse viés podemos observar que “A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências” (Sassaki, 2003, p.1).

Desta maneira, os termos designados à pessoa com deficiência passaram por diferentes ressignificados, como, pessoas com necessidades especiais, portadores de deficiência e demais termos pejorativos que, por vezes expressavam falas preconceituosas e o capacitismo.

Ao longo do tempo e dos debates pertinentes pela busca por igualdade de direitos, esses termos foram sendo empregados e caracterizando a maneira como a pessoa com deficiência era vista em um dado período, “[...] A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência” (Sassaki, 2005, p.1).

Segundo Elisabeth Rossetto, *et al.*, comprehende-se que ao longo da construção histórica a pessoa com deficiência foi designada de maneira diversa, onde a segregação e sua inferiorização eram suas “marcas” principais, em que, diferentes sociedades apresentavam algo em comum que era o menosprezo e exclusão delas. Com o “avanço” das civilizações, a industrialização e a empregabilidade que surgia, só aumentava a exclusão da pessoa com deficiência, sendo a elas reduzida a ideia de “inutilidade” (Rossetto, *et al.*, 2006).

No cenário atual, devido às muitas lutas e conquistas aqui já postas, os olhares voltados à pessoa com deficiência se redefiniu e as políticas públicas implementadas especificamente na sociedade brasileira, impulsionaram uma reformulação para a transformação do cenário excludente, ampliando o debate e os mecanismos a favor da igualdade de direitos, contudo, é inegável que, os fatores historicamente construídos refletam

na sociedade atual e no senso comum, sendo cada vez mais perceptível o discurso voltado para a deficiência carregado de estereótipos e marcado por um passado de discriminação.

Essa realidade não é diferente dentro das instituições de ensino, sabemos que nesse espaço existem diferentes perfis de estudantes, por isso é fato que as linguagens presentes nesse ambiente percorrem por diversas variáveis de comunicação. Enfatiza-se ainda que, o papel da escola enquanto espaço social, onde as diversidades se constituem havendo amplas categorias sociais são perceptíveis que, outras relações sociais vão se construindo. Em função disso, na escola acontecem diferentes maneiras de relação social (Silva, 2016).

Diante disso, como são trabalhados os termos voltado à pessoa com deficiência nos espaços escolares? A escola tem a importante função de evidenciar e promover o respeito pelas diferenças, mas estaria a escola “preparada” para esse feito? Durante muito tempo a pessoa com deficiência era tratada por outras terminologias, como por exemplo: “imbecil”, “idiota” e “alterado”. Ao indagar sobre esses termos, refletimos como estes ainda se apresentam no cotidiano, como insultos e até formas de discriminação dentro das escolas onde também é um espaço de conflito (Cool; Marchesi, 2016). A falta de profissionais qualificados dentro das escolas, nas salas de aula, também é um fator a ser evidenciado.

Muitos ao se direcionarem a criança com deficiência cometem o equívoco de designar a criança por adjetivos como, “problemáticos”, “criança não normal” (anormal), deixando que termos simplistas e preconceituosos sejam empregados e reproduzidos no ambiente escolar. Para Biazotto e demais (2019), “[...] a falta de treinamento oferecido aos profissionais da Educação para trabalhar o tema INCLUSÃO é um problema, tendo em vista que esses profissionais são os responsáveis pela formação do indivíduo [...]” (Biazotto, *et al*, 2019. p. 124). Em vista disso, dentro das salas de aula muitos termos que foram ficando para trás ao longo dos tempos, acabam sendo reproduzidos no cotidiano das escolas, limitando e servindo enquanto meios de excluir o/a estudante com deficiência, gerando discriminação e falta de conhecimento sobre a deficiência, bem como, a ausência de respeito ao próximo e a ideia real de inclusão.

Dentro das escolas o processo de ensino e aprendizagem vai se consolidando a partir de dinâmicas, rotina em classe, atividade, e demais relações de aprendizagem que são partilhadas em sala, contudo, as terminologias que são empregadas aos diferentes tipos de deficiência, podem contribuir significativamente para a inclusão, ou exclusão do aluno/a com deficiência. Ao se referir ao aluno/a enquanto “bagunceiro”, ou “possuidor/a de problemas” sem considerar a deficiência e sua terminologia, os responsáveis em sala de aula criam

barreiras para que esse/a estudante seja acolhido nas atividades diárias da escola e ao determinar um indivíduo a partir de uma linguagem do senso comum e sem qualquer responsabilidade e compromisso com o outro/a, a inclusão não acontece.

A falta de informação/qualificação dentro dos diferentes setores sociais para lidar com a deficiência de alguém/alguma pessoa, é alarmante. Isso ainda se deve as “normas” de comportamentos e perfis que são postos pela sociedade, “A condição das pessoas com deficiência é um terreno fértil para o preconceito em razão de um distanciamento em relação aos padrões físicos e/ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade [...]” (Silva, 2006, p. 427).

Quando vista assim, dentro do ambiente escolar, a pessoa com deficiência fica limitada às suas atividades e determinada a ser aquilo que os outros definem a partir da compreensão errônea da deficiência, sem possibilitar qualquer oportunidade de interação e tentativas de uma inclusão efetiva na sala de aula. “Nesse processo de rotulação, o indivíduo estigmatizado incorpora determinadas representações, passa a identificar-se com uma tipificação que o nega como indivíduo” (Silva, 2006, p. 427).

Essas rotulações não são inexistentes dentro das escolas, diariamente há questionamentos sobre a capacidade de um/a aluno/a em vista da sua deficiência. Todos/as aqueles/as que fazem parte do corpo escolar precisam ser capacitados para vivenciar práticas de inclusão da pessoa com deficiência, professores e professoras necessitam estar qualificados e cientes das deficiências existentes e de como se direcionar a elas. Embora, com as tentativas de mudanças e ações que visam integrar e incluir sem segregação em sala de aula, ainda há o que melhorar, como apontam Brandenburg e Lükmeier (2013), que,

[...] muitos professores precisam repensar a sua postura e aceitar a criança com deficiência, acreditando nela e em seu potencial, e não aceitá-la apenas porque existe uma lei que lhe garante o direito de ser incluída e, com isso, perceber que estes alunos com deficiências poderiam enriquecer as experiências de todo o grupo através da socialização. Mesmo com todas as lutas no decorrer da história pelos direitos humanos e direitos sociais, percebe-se que muitas mudanças ocorreram, mas ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferenças no âmbito da inclusão (Brandenburg; Lükmeier, 2013, p.185).

Assim, para que a inclusão do/a estudante com deficiência aconteça na prática é necessário enxergar esses sujeitos/as para além da deficiência, sem limita-los às terminologias pejorativas. Conhecer o/a aluno/a é básico para desenvolver práticas para mediar o ensino,

mas defini-lo pela deficiência que ele/a tenha não coincide com o que objetiva uma educação para todos/as. Com base nessa reflexão, as autoras afirmam que,

Uma sociedade na qual se respeita a diversidade [...] e ao mesmo tempo em que atende a maioria de suas necessidades, está dentro das características de uma sociedade inclusiva. Ainda existem muitas dificuldades a serem superadas e dúvidas a serem esclarecidas, mas entende-se que para haver uma alteração a nível de estrutura escolar, adaptação curricular e preparação profissional deverá acontecer, primeiramente, a mudança de mentalidade (Brandenburg; Lükmeier, 2013, p.185).

No seio do senso comum em que, são generalizadas ideias sem fundamento, com finalidade de perpetuar um achismo sem qualquer compromisso com a realidade dos fatos, permeia a mentalidade de uma parte da população, implicando nas ideias equivocadas sobre a pessoa com deficiência. Assim, retomando a abordagem de Kassaki (2003), as terminologias usadas no cotidiano sobre a pessoa com deficiência, são postas inadequadamente, como, colocações do tipo: “apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno” (Kassaki, 2003, p.2).

Nessa perspectiva percebemos o quanto falas como essas reduz a capacidade do/a estudante, pondo a frente à deficiência do sujeito e abrindo caminhos para o estranhamento quanto ao fato do aluno/a ser ótimo, ou, não, baseado em sua deficiência. Nesta perspectiva, Fabiana Bruna Gozer e Ivone Pingoello (2016), enfatizam que toda essa forma de limitar a pessoa com deficiência gera consequências dentro e fora do ambiente escolar, uma delas é maneira como os/as outros/as estudantes irão compreender a pessoa com deficiência podendo ainda gerar um espaço propício para o *bullying*⁵ contra esse grupo (Dias; Pingoello, 2016).

Pois, se dentro do espaço educacional pouco se trabalha as formas corretas de se direcionar a pessoa com deficiência, ou ainda, se os/as próprios/as funcionários/as reproduzem termos desdenhosos que tendem a excluir o/a aluno/a, consequentemente nas interações em sala de aula, outros/as estudantes podem ter a mesma falta de compreensão sobre as terminologias e seus usos, erroneamente se direcionando de maneira estigmatizada, criando tensões e agindo com discriminação e preconceito.

Desta forma, é notório que a escola é um espaço de acolhimento, mas também de conflitos, nos quais a maneira como esse ambiente é gerido poderá impactar positivamente, ou negativamente na vida dos educandos. Com base nisso, para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra de maneira positiva em sala de aula, é necessário debater e exemplificar as

⁵ Em termos da tradução literária essa expressão possui muitos significados, entre eles: implicância, perseguição, intimidação, assédio (moral, psicológico) dentre outras formas de discriminações.

terminologias adequadas que devem ser direcionadas a pessoa com deficiência. Esse reflexo por outro lado, assumem situações socialmente e historicamente construídas fora dela, tendo essa instituição a importância no rompimento dessas marcas de preconceito e exclusão.

No cotidiano de muitos alunos/as são consumidas informações desprovidas da veracidade sobre diversos assuntos, dentre eles sobre a pessoa com deficiência. Fora da escola, por exemplo, nas mídias, essa situação também se faz presente, como em redes sociais onde surgem por muitas vezes comentários capacitista e de cunho preconceituoso. Em vista disso, são diversos os meios que servem de canal para a desinformação e exclusão dentro das escolas. As terminologias que são dirigidas aos estudantes/crianças com deficiência, por vezes são influenciadas por fatores externos, contudo, isso acaba por resultar em empecilhos para, que aconteça de maneira inclusiva o ensino e aprendizagem. A escola enquanto espaço onde a maioria das crianças passam o seu tempo, deve estar preparada para lidar com as diferenças, desde a sua estrutura física, como, pedagogicamente com o olhar e sensatez de compreender o seu público e maneira como se direcionar a ele, evitando a discriminação oriundas de terminologias equivocadas.

4 Considerações Finais

Acreditamos que o estudo sobre terminologias direcionadas aos alunos/as, com deficiência ainda se encontra em debates e reformulações em uma sociedade cada vez mais desigual e excludente. Ao buscarmos entender a respeito do processo histórico que acompanhou a vida da pessoa com deficiência, torna-se fundamental compreender, sobretudo, a discriminação e preconceito, que estas pessoas vêm confrontando no universo social e nas suas interações. Num mundo construído cada vez mais sem empatia, onde a desinformação é promovida dia após dia, o emocional e psicológico desses sujeitos discriminados, acabam sendo afetados negativamente.

Custa-nos afirmar que, verificam-se avanços e retrocessos nos imaginários sociais sobre o que é “ser pessoa com deficiência”, o olhar às vezes equivocado transformam a escola também em um palco de desafios, fantasiados de teorias que, na realidade prática ainda se encontra muito abaixo daquilo que vem sendo almejado como a verdadeira igualdade de direito.

Desse ponto de vista, comprehende-se que não podemos alcançar e nem promover os direitos à inclusão, sem ter reformulado e fixada às políticas educacionais voltadas para a pessoa com deficiência. Sendo assim, para tratar dessas diretrizes de forma prática, urge demonstrar que não podemos distanciar as nossas reflexões epistemológicas com as realidades que buscam solucionar através das terminologias mais democráticas que respeitem as diferenças, onde professores/as possam pautar, sobretudo, nas terminologias inclusivas.

Pensar nessa realidade, também exige alternativas que possam radicalizar os termos que excluem e discriminam alunos/as com deficiência, muitas vezes subjugados enquanto “problemáticos”, “doídos”, “anormais” dentre outros termos herdados de uma construção histórica na qual legitimava uma “inutilidade” dessas pessoas.

A partir desses panoramas, buscamos analisar as assimetrias que existentes socialmente, nas quais exige a responsabilidade não só dos educadores/as, mas sim, da sociedade como um todo, na luta pela implementação de políticas engajadas contra a discriminação e desigualdade acirrada no ambiente escolar e no campo das literaturas, como também, nas agendas sociopolíticas no que se refere à invisibilização dessas crianças e perpetuação do emprego de termos, palavras e linguagens vinculadas ao senso comum. Embora, sustenta-se, que espaço escolar é o lugar para socialização e transformação dos indivíduos, não podemos esquecer as mazelas que esse espaço pode criar, ou manter. Dessa forma torna-se mais complexo, verificar as concretudes voltadas para as ações que efetivam e asseguram o que determina os documentos normativos para a inclusão da pessoa com deficiência.

Afinal, estamos inseridos/as em uma sociedade que vem subsidiando o campo da educação como lugar da luta e da desigualdade estrutural, enquanto regra do jogo, onde os mais privilegiados/as, ou que mais se assemelham aos padrões impostos pela sociedade detém o poder e as oportunidades em detrimento dos demais, e a educação inclusiva, também não fica de fora essa disputa dos direitos, para os alunos/as com deficiência.

Dessa maneira, os usos das terminologias inadequadas assumem papéis importantes para reforçar ou não, o (*bullying*) como outras formas de desigualdades que reforçam a segregação dos alunos/as com deficiência no ambiente escolar, o que acaba mais uma vez comprometendo suas aprendizagens. É importante ainda salientarmos que, para acontecer um processo inclusivo dentro das salas de aula e em nossa sociedade como todo, são vários os desafios a serem rompidos, contudo começar pensando como as nomenclaturas, terminologias e linguagens que permeiam o ambiente escolar pode alterar a presença e permanecia dos

alunos/as com deficiência já é um começo. Haja vista que, várias formas superficiais de se direcionar a pessoa com deficiência impossibilitam a verdadeira socialização, deles/as dentro do que é por direito garantido pelas leis e diretrizes escolares. Buscar uma pedagogia mais inclusiva, na qual os professores/as, e todo ambiente escolar possam enxergar a realidade desses estudantes com mais atenção e cuidado requer uma formação de qualidade.

Não é só papel do/a docente está preparado/a para um ambiente onde se considere e respeite a diversidade de perfis existentes em sala de aula, mas de toda uma comunidade escolar. Em vista disso, entendemos que repensar os papéis assumidos pelos professores/as, nesse processo da educação pautada na inclusão, possam ser fundamentais nas reformulações das metodologias, na qual não se exclua, mas sim, inclua todos/as alunos/as, pensando em sua condição física, psicossocial ou sociocultural que eles/as se encontram.

Com base nestas inquietações e desafios, vislumbram-se incentivos para repensar e reformular as terminologias, que não só abarquem a importância das atividades desenvolvidas em sala de aula, mas também possam trabalhar as questões afetivas que ultrapassam as barreiras burocráticas impostas pelo modelo tradicional do ensino de educar para o mercado, contudo, não para humanizar. Sabemos que toda deficiência necessita de seu diagnóstico, logo, a forma de lidar com elas necessitam está em conformidade com a informação legítima sobre a situação do/a estudante.

Para cada deficiência, há um termo, bem como, para cada situação em sala de aula exige um conhecimento básico para, se trabalhar da melhor maneira possível a favor de uma real busca pela igualdade em sala e consolidação do conhecimento para o desenvolvimento dos/as estudantes. Pensando assim, sabemos que, a forma como nos direcionamos a alguém, seja uma pessoa com deficiência, ou não, pode incluí-la, bem como, também excluí-la em um processo de socialização.

Dessa forma, um dos primeiros passos para enfrentar as formas de preconceitos camuflados por uma linguagem, ou terminologias ditas sem qualquer informação e que são promovidas pela ignorância de muitos, é está ciente e informado sobre a condição dos sujeitos/as que estão presentes na instituição de ensino.

Referências

- BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiúza; MACHADO, Charlton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 18, n. 2, p. 598-618, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v18n2/1409-4703-aie-18-02-598.pdf>> Acessado em: 20 de Fev. 2024.
- BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; ANTERO, Katia Farias. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. In: **Anais. CONEDU (VII Congresso Nacional de Educação)**. 2022. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf>. Acessado em: 15 de jun. 2024.
- BIAZOTTO, Liliane Francatto Ciriano; BIAZOTTO, Luiz Henrique. Educação inclusiva e o ambiente escolar. **Prospectus**, v. 1, n. 1, 2019.
- BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜKMEIER, Cristina. A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do Congresso Estadual de Teologia**. 2013.p.175-186. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/teologars/article/viewFile/191/149>> Acessado em: 10 de maio. 2024.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação--Vol. 3: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. **Penso Editora**, 2016.
- SILVA, Ariela Bezerra da. O papel do professor no combate ao bullying na educação inclusiva [Internet]. In: **II Congresso Internacional de educação Inclusiva**. 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA10_ID2216_01092016235501.pdf> Acessado em: 18 de Abr. 2024.
- DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: Maria Tereza Eglér Mantoan. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. 1 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2008, v. 1, p. 141-145

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. **Dia a Dia Educação: Paraná**, 2009. Disponível em:< <http://www.diaadiaducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> > Acesso em: 20. fev.2024.

GOMES, Claudia. **O lugar do sujeito na inclusão escolar: percalços e fracassos nas relações de subjetivação** / Claudia Gomes. - Campinas: PUC- Campinas, 2010. 221p. Tese (Doutorado em Psicologia). - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Campinas, 2010.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 833-849, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 847-860, 2021.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, p. 1106-1119, 2015.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de, *et al.*. O papel do professor na educação inclusiva. Anais VI CONEDU... Campina Grande: **Realize Editora**, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61526>>. Acesso em: 5 de mar de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSSETTO, Elisabeth *et al.* Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Educere et educare**, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2006.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva:** o professor mediando para a vida. Salvador: Edufba, 2009.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, p. 227-234, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v. 1, n. 1, p. 8-11, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: SASSAKI, R. **Mídia e Deficiência, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil**. Brasília, 2003. p. 160 - 165.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Aline Elizabety da; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. **Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.1, Jan/Jun, 2017.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 33, p. 424-434, 2006.

ZEPPONE, Rosimeire Maria Orlando. A conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca: alguns apontamentos. **Revista Educação Especial**, p. 363-375, 2011.